



Prefeitura da Cidade do Recife – PCR

Concurso Público 2014

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Auditor do Tesouro Municipal

Prova II – 21.09.2014

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - b) este caderno de prova contendo **setenta questões objetivas**, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas das questões objetivas;
 - c) marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **quatro** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
9. Somente depois de decorrida **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas da prova objetiva ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **23/09/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pcr
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00 do dia **24/09/2014** até as 23h59 do dia **25/09/2014**, observado o horário oficial de Recife-PE, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/pcr, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Direito Administrativo

01

Segundo a Lei Municipal nº 17.239/06, os Auditores do Tesouro Municipal receberão a denominada Gratificação de Produtividade Fiscal – GPF – pelo alcance de metas de trabalho individual, em decorrência dos seguintes procedimentos:

- I. realização de ação fiscal;
- II. análise e instrução de processos administrativos fiscais;
- III. exercício da função de julgador de processos judiciais fiscais.

Assinale a opção que indica os procedimentos corretos.

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) somente I e II.
- (E) somente I e III.

02

Segundo o Decreto nº 27.627/2013 (Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo Municipal), ao servidor do Município do Recife e de sua Administração Indireta é **vedado**

- I. usar carteira funcional ou mesmo identificar-se como servidor fora do exercício de suas atribuições, com o propósito de obter vantagens de ordem pessoal.
- II. exercer atividade privada compatível com as restrições aplicáveis ao cargo, emprego ou função ocupada.
- III. cumprir, ainda que lhe sejam exigidas, tarefas contrárias às normas estabelecidas, devendo denunciar o fato à autoridade competente.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

03

Sobre a Comissão Central de Ética, instituída pelo Decreto nº 27.627/2013, analise as afirmativas a seguir.

- I. No âmbito do Poder Executivo Municipal, ela deve apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou condutas de servidores, verificando a sua adequação às normas éticas pertinentes.
- II. No âmbito do Poder Executivo Municipal, ela deve fazer recomendações genéricas ou individualizadas, visando a orientar os servidores quanto à sua postura ética em situações específicas.
- III. No âmbito do Poder Executivo Municipal, ela deve sugerir, ao dirigente máximo do órgão ou entidade, a exoneração de ocupante de servidor efetivo quando constatada a ofensa às normas éticas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

04

A Empresa Bom Serviço, concessionária do serviço de transporte metroviário de passageiros no Estado X, pretende aumentar os investimentos na melhoria dos serviços. Para isso, obtém empréstimo de longo prazo junto a instituição financeira, cedendo, em garantia, parcela dos créditos operacionais que receberá no futuro.

Sobre a situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A cessão dos créditos operacionais futuros, conquanto possível, somente é oponível ao Poder concedente depois que este for formalmente notificado.
- (B) A obtenção de empréstimo por parte da concessionária depende da prévia e expressa anuência do Poder Público concedente.
- (C) As concessionárias de serviço público não podem obter empréstimos com finalidade de investimento nos primeiros 05 (cinco) anos da concessão.
- (D) É incabível a alienação fiduciária em garantia de créditos operacionais futuros porque compromete a continuidade na prestação do serviço público.
- (E) As concessionárias de serviço público não podem contrair empréstimo durante o prazo da concessão, sob pena de rescisão por ser caracterizada a insolvência.

05

As cláusulas exorbitantes em contratos administrativos são prerrogativas destinadas a atender aos interesses públicos primários. Por conceito óbvio, cláusulas exorbitantes são cláusulas que exorbitam do direito comum e fogem do direito privado por conferirem prerrogativas à Administração.

São cláusulas exorbitantes previstas na Lei nº 8.666/93:

- I. fiscalizar a execução dos contratos;
- II. modificar os contratos unilateralmente para melhor adequá-los às qualidades do interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- III. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

06

Por conceito, licitação é o procedimento administrativo vinculado por meio do qual a administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para a celebração de um futuro contrato.

Assinale a opção que apresenta o primeiro ato administrativo de qualquer licitação.

- (A) A publicação do edital
- (B) O envio da carta-convite
- (C) O decreto de nomeação da comissão licitante
- (D) O ato interno de requerimento do objeto do futuro contrato
- (E) O instrumento convocatório dos interessados

07

São entidades da Administração Pública Indireta

- I. as empresas públicas;
- II. as agências reguladoras;
- III. as parcerias público-privadas.

Assinale a opção que indica os itens corretos.

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) somente I e II.
- (E) somente I e III.

08

Sobre as cláusulas essenciais, indispensáveis à validade dos contratos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Devem estabelecer os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
- II. Devem estabelecer as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.
- III. Devem estabelecer o crédito pelo qual correrá a despesa, independentemente da indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

09

Serviço público é todo aquele definido como sendo de responsabilidade do Estado, ainda que não seja por este diretamente prestado.

Assinale a opção que expõe um conceito correto de concessão do serviço público.

- (A) É a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (B) É a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (C) É a delegação de sua prestação, feita pelo concessionário, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- (D) É a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo concessionário à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (E) É a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

10

Determinado contrato de obra pública foi celebrado entre a Administração licitante e o vencedor. Ocorre que a Administração, sem justificativa, não entregou ao contratado o local da obra em condições aptas à execução do objeto contratual.

A causa da inexecução do contrato em questão pode ser tida por

- (A) fortuito interno.
- (B) fato do príncipe.
- (C) fortuito externo.
- (D) força maior.
- (E) fato da Administração.

11

Durante uma viagem de ônibus público, o veículo tem seu pneu estourado e vem a colidir com um poste. Vários passageiros sofrem lesões. Nesse caso, o fato causador do acidente – a explosão do pneu, que levou à colisão – é categorizada, em termos de responsabilidade civil do prestador do serviço público, como

- (A) fortuito externo.
- (B) força maior.
- (C) fortuito interno.
- (D) fato de terceiro.
- (E) fato da vítima.

12

Um dos atributos do poder de polícia permite que haja a atuação direta da Administração, sem prévia intervenção do Poder Judiciário diretamente ou mediante autorização.

Assinale a opção que o indica.

- (A) Autoexecutoriedade
- (B) Imperatividade
- (C) Discricionariedade
- (D) Coercitividade
- (E) Oficialidade

13

A respeito do controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. O TCU julga as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante decisão irrecurável.
- II. O TCU fiscaliza as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta.
- III. O TCU aplica aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções penais cabíveis.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

Direito Tributário

14

Augusto José se insurge em face da cobrança de IPTU que recebeu, com valores majorados para o presente exercício fiscal. Segundo alegado e provado, a lei que alterou a legislação anterior sobre o referido imposto foi publicada, de forma parcial, no ano anterior ao presente exercício; a tabela relativa à Planta de Valores, contudo, foi publicada no mesmo exercício fiscal da cobrança dos novos valores. A Fazenda Municipal, entretanto, registra que a tabela representa mero regulamento editado pelo Poder Executivo local, não se confundindo com a lei anterior, esta regularmente publicada, conforme determina a Constituição.

A cobrança com base na nova tabela e a posição da Fazenda Municipal podem ser caracterizadas como

- (A) constitucionais, não havendo exigência para que o ato que fixa a Planta de Valores seja publicado em exercício anterior, sendo materialmente de natureza administrativa.
- (B) inconstitucionais, já que a cobrança no mesmo exercício fiscal fere o princípio da anterioridade, e a argumentação da Fazenda fere o princípio da legalidade.
- (C) constitucional a posição da Fazenda Municipal, sendo certo que a Planta de Valores não majora o IPTU, mas sim a lei que instituiu as novas alíquotas.
- (D) inconstitucionais, uma vez que há ofensa ao princípio da legalidade por parte da cobrança e ofensa ao princípio da irretroatividade na argumentação da Fazenda.
- (E) constitucional a cobrança, já que houve a publicação da lei no exercício anterior ao de sua vigência e a posição da Fazenda é legal, por observar a natureza jurídica da Planta de Valores.

15

Determinada escola foi autuada pelo Fisco Municipal por não ter recolhido o imposto sobre os serviços que presta, apesar de ter recebido o título de instituição de utilidade pública, tendo sua imunidade reconhecida por meio de ato declaratório próprio, não possuindo fins lucrativos. A Fazenda alega que a escola não se cadastrou junto à Secretaria de Educação, órgão que estabelece os critérios para que um estabelecimento possa ser considerado “educacional” e, portanto, imune, sendo essa exigência ato privativo do Poder Executivo, que pode condicionar a fruição do benefício ao cumprimento de obrigações acessórias.

Nesse caso, a Fazenda agiu

- (A) incorretamente, uma vez que a exigência de cadastro representa limite, a ser fixado por lei complementar, à imunidade gozada pela escola.
- (B) corretamente, já que cabe ao Poder Executivo fixar a organização das entidades imunes.
- (C) corretamente, eis que cabe à Secretaria de Educação exercer controle sobre as escolas.
- (D) incorretamente, já que as exigências quanto à organização das entidades imunes devem ser veiculadas por lei complementar.
- (E) corretamente, uma vez que, mesmo imune, a escola tem que cumprir as obrigações acessórias.

16

Com relação à competência tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Permite que uma pessoa jurídica de direito público delegue a outra a atribuição de executar leis em matéria tributária, conforme a legislação.
- (B) Significa que todos os entes políticos que compõem a Federação estão dotados de competência legislativa plena.
- (C) Representa o poder que é outorgado pela Constituição Federal para a criação de tributos a todos os entes administrativos de direito público.
- (D) Admite a delegação da administração dos tributos, porém não confere ao delegatário as garantias e privilégios do poder delegante.
- (E) Autoriza que pessoa jurídica de direito público possa exercer, em caráter residual, a competência conferida a outrem que, entretanto, não a exerce.

17

Considere os enunciados a seguir.

- I. O Código Tributário Nacional regula a vigência das normas complementares, afastando a aplicação da Lei de Introdução do Código Civil.
- II. *Vacatio legis* é o período em que a norma jurídica não tem eficácia, embora esteja vigente.
- III. O Código Tributário Nacional veda a extraterritorialidade da legislação tributária, como forma de proteger a Federação.
- IV. Na hipótese dos tratados e convenções internacionais, o decreto que os promulga suspende a eficácia da legislação que é anterior a eles.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

18

A respeito da interpretação e da integração da legislação tributária, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Os princípios gerais de direito privado são utilizados no direito tributário para definir os efeitos, conteúdo e alcance de seus institutos.
- () O intérprete deve fazer uso, em casos de suspensão ou exclusão do crédito tributário, da exegese literal.
- () A legislação tributária que defina infrações deve ser interpretada, quanto à capitulação legal do fato, de forma mais favorável ao acusado.
- () O princípio da legalidade funciona como limite à integração da legislação tributária, quando se trata de usar a equidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V, F e V.
- (B) V, F, F e V.
- (C) F, V, V e F.
- (D) V, V, F e F.
- (E) F, F, V e V.

19

Assinale a opção que indica um efeito do *fato gerador*.

- (A) Fixa a hipótese de incidência do tributo.
- (B) Determina o regime jurídico da obrigação tributária.
- (C) Estabelece a hipótese de incidência da obrigação tributária acessória.
- (D) Discrimina os tributos de competência de cada ente político.
- (E) Indica o local onde o tributo deve ser pago.

20

A empresa Gama Ltda. concedeu bonificação à empresa Delta Ltda., em relação à compra e venda realizada entre as empresas, considerando a manutenção das metas atingidas por Delta, na compra de produtos de Gama. A bonificação foi excluída da base de cálculo do ICMS devido. Posteriormente Gama Ltda. foi incorporada por Beta Ltda. Passados 3 anos dessa incorporação, o Fisco Estadual pretende o pagamento, por Beta Ltda., do ICMS devido sobre os valores subtraídos à tributação, relativos à bonificação, e ainda está exigindo o pagamento de multa.

Observada tal situação concreta, assinale a afirmativa correta.

- (A) São indevidos o ICMS sobre a bonificação concedida e a multa, que tem caráter de punição, não podendo passar da pessoa do infrator.
- (B) É devido o ICMS sobre a bonificação concedida, vez que atrelada às metas atingidas por Delta, porém indevida a multa, já que Beta não cometeu infração alguma.
- (C) Em se tratando de bonificação condicionada a metas, há incidência do ICMS, sendo a multa e o imposto devidos por Beta, como sucessora de Gama Ltda.
- (D) Beta deve pagar tão somente o ICMS sobre o valor excluído da tributação por Gama, acrescido de correção monetária e multa moratória.
- (E) Incabível cobrar multa da empresa Beta Ltda., já que, no momento da incorporação, não havia sido imposta.

21

Assinale a opção que indica uma forma de extinção do crédito tributário.

- (A) A substituição da obrigação tributária anterior por outra que lhe é posterior.
- (B) A delegação de competência tributária de um ente político a outro.
- (C) Cláusula contratual específica que desonere uma das partes do pagamento do tributo.
- (D) Decisão administrativa definitiva e irreformável sobre a quitação do crédito fiscal.
- (E) Decisão judicial que desonere o contribuinte do pagamento do tributo.

22

Sobre crédito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. A inscrição do crédito tributário é decorrente da dívida ativa.
- II. Todo crédito tributário é dívida ativa tributária.
- III. A inscrição gera presunção de certeza e liquidez do crédito tributário.
- IV. A maneira de calcular juros de mora é requisito formal para inscrição na dívida ativa.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.

23

Com referência à fiscalização tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autoridade administrativa pode requisitar força pública durante atividade fiscalizadora, mesmo que não tenha ocorrido fato definido em lei como crime.
- (B) O contribuinte deve conservar os livros e registros obrigatórios e facultativos da escrituração comercial e fiscal durante o prazo decadencial, para constituir o crédito tributário.
- (C) A autoridade administrativa pode examinar integralmente quaisquer livros, arquivos e registros dos contribuintes.
- (D) O termo de fiscalização integra o lançamento fiscal e constitui a data inaugural do prazo decadencial para a constituição do crédito fiscal.
- (E) Apenas a lei *stricto sensu* poderá autorizar permuta de informações e assistência recíproca entre as fazendas públicas.

24

A Fazenda Municipal ingressou com execução fiscal em face de Cleópatra da Silva, por débito de IPTU. Houve a decisão inicial do cite-se. Antes, porém, de seu cumprimento, já ultrapassados alguns meses da distribuição, a exequente ingressou com nova petição requerendo a substituição do executado, com a emenda da CDA, tendo em vista que teve conhecimento de que o imóvel havia sido vendido para Júlio César, ratificando os demais termos da inicial da execução.

Nesse caso, o juiz da execução deve

- (A) deferir a substituição pleiteada, já que é possível alterar a CDA até o momento da sentença nos embargos.
- (B) deferir a substituição pleiteada, por ser possível alterar a CDA até o momento da efetiva citação do executado.
- (C) autorizar o redirecionamento pleiteado, já que o Fisco Municipal só soube da alienação do imóvel após ter distribuído a petição inicial.
- (D) declarar nula a execução e extinguir o processo, uma vez que é vedada a alteração do sujeito passivo na execução fiscal.
- (E) declarar nula a execução e extinguir o processo, por não existir, na hipótese, responsabilidade por sucessão.

25

A empresa Alpha, para obter um empréstimo, hipotecou ao Banco Delta S/A um terreno de sua propriedade. Meses depois, a Fazenda Municipal autuou a empresa Alpha por falta de recolhimento do IPTU relativo ao terreno, que estava em débito havia dois exercícios passados.

Nesse caso,

- (A) a Fazenda Municipal pode penhorar o terreno, já que, no caso vertente, o crédito tributário se sobrepõe ao crédito com garantia real.
- (B) a Fazenda Municipal não pode penhorar o terreno, uma vez que a hipoteca foi constituída antes do lançamento realizado pela Fazenda, de ofício.
- (C) prevalece a garantia real concedida ao Banco Delta S/A, o que não exclui a possibilidade de o Fisco Municipal ficar com o saldo da alienação forçada.
- (D) a Fazenda Municipal pode penhorar o terreno, desde que intime antes o Banco Delta S/A e este não se manifeste.
- (E) a Fazenda Municipal só poderá penhorar o terreno se o fato gerador da obrigação tributária for anterior à data da constituição da hipoteca.

26

Com relação ao sistema simples nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/06, assinale a opção correta.

- (A) Trata-se de um sistema de imposto único que objetiva favorecer o pequeno e o micro empresários.
- (B) Não permite o ingresso no sistema de pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- (C) Representa um modelo de tributação baseado no critério qualitativo para permitir a adesão ao sistema.
- (D) Permite cadastrar novos aderentes somente se estes comprovarem terem adquirido ou locado o imóvel onde se encontra a sede da empresa.
- (E) Registra isenção de Imposto de Renda, na fonte e na declaração, dos valores pagos a título de pró-labore ao titular ou sócio da empresa.

27

Uma empresa de construção e incorporação de imóveis realiza a compra de determinada máquina, necessária ao desempenho de sua atividade, em Estado federado diverso daquele em que está localizada, sendo a alíquota mais favorável do que a do Estado onde está sua sede.

Nesse caso, quanto ao ICMS,

- (A) não é devido o ICMS nessa operação, pois as empresas de construção civil são contribuintes do ISS e não pagam diferença de alíquota do ICMS de mercadoria utilizada em suas obras.
- (B) não é devida a diferença de alíquota do ICMS, já que tais empresas são isentas do ICMS.
- (C) a empresa adquirente, sendo equiparada aos demais contribuintes do ICMS, deverá pagar a diferença de alíquota.
- (D) não é devida a diferença de alíquota nessa operação, exceto se a empresa se identificar, quando da compra, como contribuinte do imposto, em função da menor alíquota.
- (E) é devida a diferença de alíquota do ICMS para o Estado destinatário da mercadoria.

28

Em determinado Município da Federação, foi editada lei fixando alíquotas progressivas do IPTU, em decorrência do número de imóveis de propriedade do contribuinte.

Nesse sentido,

- (A) a lei é inconstitucional, sendo o IPTU um imposto de natureza real.
- (B) a lei é constitucional por obedecer ao princípio da função social da propriedade.
- (C) a lei é constitucional por levar em consideração a capacidade contributiva do contribuinte.
- (D) a lei é inconstitucional, eis que não leva em consideração a destinação dada aos imóveis.
- (E) a lei é constitucional, mas terá que ser publicada no exercício anterior ao da vigência das novas alíquotas.

Direito Constitucional**29**

As opções a seguir apresentam bens da União, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Os rios que banham mais de um Estado ou que provenham de território estrangeiro.
- (B) Os recursos naturais da plataforma continental.
- (C) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, localizados no interior de um Estado.
- (D) Um lago localizado no interior de um Estado que não faça fronteira com outro País.
- (E) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

30

O Brasil subscreveu um Tratado Internacional de Direitos Humanos que assegura a todo cidadão réu em processo cível ou criminal o direito de ser julgado em três instâncias.

Considerando a hipótese acima, assinale a opção correta.

- (A) Tal direito será incorporado ao elenco de direitos fundamentais com hierarquia constitucional.
- (B) Tal direito será incorporado ao elenco de direitos fundamentais com hierarquia supraconstitucional.
- (C) Tal direito não poderá ser incorporado ao elenco de direitos fundamentais, mas vincula a República Federativa do Brasil no plano internacional.
- (D) Tal tratado não poderá gerar qualquer efeito no plano interno ou no plano internacional.
- (E) Tal direito poderá ser incorporado com hierarquia constitucional ou supralegal, a depender do procedimento de internalização do tratado.

31

A promoção do adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano é competência constitucionalmente atribuída

- (A) aos Estados.
- (B) aos Municípios.
- (C) à União.
- (D) a todos os entes Federados.
- (E) aos Territórios.

32

A respeito das decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação direta de inconstitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) Produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, à administração pública direta e indireta e aos órgãos do Poder Legislativo federal, estadual e municipal.
- (B) Produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.
- (C) Produzirão eficácia contra todos, mas somente produzem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (D) Produzirão eficácia contra todos, mas, no ordenamento constitucional atual, não produzem efeito vinculante.
- (E) Poderão determinar a suspensão da eficácia da lei declarada inconstitucional, mediante decisão do Senado Federal.

33

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A soberania, a cidadania e a proteção à propriedade privada constituem fundamentos da República Federativa do Brasil.
- II. A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pela autodeterminação dos povos e pela não intervenção.
- III. A Constituição da República Federativa do Brasil erige a livre iniciativa como um princípio fundamental.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

34

O Partido Político “Cidadania e Respeito”, com representação no Congresso Nacional, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade por omissão, apontando a omissão parcial do legislador em relação ao cumprimento de dever constitucional de legislar.

Acerca dos contornos daquela ação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade por omissão cria uma norma jurídica aplicável ao caso, até o advento da lei.
- (B) Os Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional não são legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (C) Não se admite a propositura de ação direta de inconstitucionalidade por omissão em face de omissão apenas parcial do legislador.
- (D) O Supremo Tribunal Federal poderá conceder medida cautelar no curso daquela ação, consistente na suspensão da aplicação da lei ou do ato normativo questionado.
- (E) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta perante o Superior Tribunal de Justiça ou perante o Supremo Tribunal Federal, conforme o caso.

35

A Constituição Brasileira de 1988 disciplina o poder de emenda de seu texto, dispondo limitações temporais, circunstanciais, materiais e formais.

Com base no disposto na Constituição, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Projeto de emenda constitucional rejeitado em uma sessão legislativa não pode ser objeto de novo projeto de emenda na próxima sessão legislativa.
- (B) Projeto de emenda constitucional que busque acabar com a separação dos Poderes não pode ser objeto de deliberação.
- (C) Projeto de emenda constitucional que busque acabar com as garantias individuais não pode ser objeto de deliberação.
- (D) Projeto de emenda constitucional que busque acabar com o voto secreto, direto, periódico e universal não pode ser objeto de deliberação.
- (E) Projeto de emenda constitucional que busque acabar com a forma federativa de Estado não pode ser objeto de deliberação.

36

A função precípua do Poder Legislativo é elaborar a legislação pátria. Todavia, a Constituição Brasileira de 1988 permitiu ao Presidente da República, quando for caso de relevância e urgência, adotar medida provisória, a qual terá força de lei, devendo, após a sua expedição, ser submetida de imediato ao Congresso Nacional.

No que tange à disciplina constitucional sobre a edição de medidas provisórias, é possível a edição de medida provisória que

- (A) vise ao sequestro de poupança popular.
- (B) trate de nacionalidade e cidadania.
- (C) implique na majoração de impostos.
- (D) trate da organização do Poder Judiciário.
- (E) trate de direito processual civil.

37

Em regra, a Constituição Brasileira de 1988 veda a acumulação remunerada de cargos públicos. Todavia, existem exceções constitucionalmente expressas.

Assinale a alternativa que apresenta uma **exceção** à vedação de acumulação.

- (A) É possível acumular os cargos de juiz estadual e deputado federal.
- (B) É possível acumular os cargos de professor universitário em Universidade Federal e o de pesquisador em Universidade Estadual, não conflitando os horários.
- (C) É possível acumular os cargos de professor universitário em regime de dedicação exclusiva em Universidade Federal e de professor universitário em regime de dedicação exclusiva em Universidade Estadual.
- (D) É possível acumular os cargos de analista judiciário e de técnico judiciário.
- (E) É possível acumular os cargos de prefeito e procurador autárquico municipal.

38

No que tange às leis orçamentárias, sob o prisma das disposições constitucionais sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- (B) Não é possível a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.
- (C) É possível o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- (D) Não é possível a vinculação de receita de impostos, mesmo quanto à repartição do produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza pertencentes aos municípios.
- (E) É possível a concessão de créditos ilimitados.

39

No que tange à liberdade de associação profissional ou sindical, assinale a afirmativa correta.

- (A) É livre a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.
- (B) Uma vez aposentado, o indivíduo, ainda que filiado, não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (C) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado somente a partir da posse no cargo de direção ou representação sindical.
- (D) Ninguém pode ser obrigado a filiar-se a sindicato, mas, uma vez filiado, será obrigado a manter-se filiado até a aposentadoria.
- (E) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

40

A Constituição Brasileira de 1988 determina que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, indicando os princípios que devem ser observados. Com base no constante nas disposições constitucionais específicas da ordem econômica, assinale a opção que apresenta apenas os princípios que devem ser observados.

- (A) Supremacia do interesse público / Função social da propriedade.
- (B) Tratamento favorecido para as empresas de grande porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham ou não sua sede e administração no país / Autonomia nacional.
- (C) Busca do pleno cargo público / Livre concorrência.
- (D) Soberania nacional / Redução das desigualdades regionais e sociais.
- (E) Regulação da concorrência / Defesa do consumidor.

Contabilidade Geral

41

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional. Ao longo do tempo, diferentes bases de mensuração podem ser utilizadas, entre elas o Custo Corrente.

Em relação ao Custo Corrente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Reconhece os ativos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.
- (B) Reconhece os ativos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada.
- (C) Reconhece os ativos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera ser gerado pelo item no curso normal das operações da entidade.
- (D) Reconhece o ativo pelo valor pelo qual ele pode ser trocado entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.
- (E) Reconhece os ativos pelos valores pagos, a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição.

42

Uma entidade produz e vende camisetas. Para produzir cinquenta camisetas durante o mês de julho de 2014, ela consumiu R\$ 2.100,00 de matéria prima e incorreu em custos indiretos de fabricação de R\$ 600,00. Além disso, a depreciação da máquina usada no processo foi de R\$ 100,00 e o salário dos empregados da área de produção do mês de julho foi de R\$ 3.000,00.

Durante o processo produtivo, um empregado danificou, por acidente, dez das camisetas produzidas, que não puderam ser aproveitadas.

Em 01/08/2014, as camisetas foram colocadas à venda por R\$ 130,00. No entanto, como em 15/08/2014 nenhuma camiseta havia sido vendida, a entidade diminuiu o preço para R\$ 120,00.

O valor contábil unitário da camiseta, em 31/08/2014, era de

- (A) R\$ 54,00.
- (B) R\$ 56,00.
- (C) R\$ 116,00.
- (D) R\$ 120,00.
- (E) R\$ 145,00.

43

Uma sociedade por ações apresentava a seguinte composição no patrimônio líquido, em 31/12/2010:

Capital Social: R\$ 120.000,00

Reserva Legal: R\$ 20.000,00

Em 2011, a entidade auferiu lucro líquido de R\$100.000,00.

Dado que a entidade determina, em seu estatuto, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, a distribuição de dividendos em 2011 foi de

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 23.750,00.
- (C) R\$ 24.000,00.
- (D) R\$ 25.000,00.
- (E) R\$ 55.000,00.

44

Determinada entidade apresentava as seguintes contas em 31/12/2013:

Fornecedores: R\$ 20.000,00;

Financiamentos: R\$ 30.000,00;

Arrendamentos mercantis financeiros a pagar: R\$ 40.000,00;

Dividendos a pagar: R\$ 36.000,00;

Adiantamento a fornecedores: R\$ 42.000,00;

Salários, férias, encargos e participações: R\$ 60.000,00;

Planos de pensão e saúde: R\$ 67.000,00;

Outras contas e despesas a pagar: R\$ 23.000,00;

Provisões para contingências: R\$ 90.000,00;

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 4.000,00.

Com base nas informações acima, o valor do passivo da entidade, em 31/12/2013, era de

- (A) R\$ 326.000,00.
- (B) R\$ 330.000,00.
- (C) R\$ 366.000,00.
- (D) R\$ 408.000,00.
- (E) R\$ 412.000,00.

45

Uma entidade adquiriu, em 31/12/2012, dois prédios no Recife.

- O prédio A foi adquirido por R\$ 1.000.000,00. Fica localizado ao lado da sede da entidade e é mantido para futura valorização. Enquanto isso não acontece, ela utiliza o prédio para suas atividades, alocando uma parte de seu pessoal nele.
- O prédio B foi adquirido por R\$ 500.000,00 para valorização de capital, não sendo utilizado no momento.

Na data da compra, a entidade pretendia utilizar os prédios durante 40 anos e não considerava valor residual.

Em 31/12/2013, ela avaliou o valor justo de seus prédios a fim de começar a aplicá-los, quando permitido por lei. Ela constatou que o prédio A tinha valor justo de R\$ 1.000.000,00, e o prédio B, de R\$ 480.000,00.

Com base nas informações acima, os valores contábeis do prédio A e do prédio B, no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2013, eram, respectivamente, de

- (A) R\$ 1.000.000,00 e R\$ 500.000,00.
- (B) R\$ 1.000.000,00 e R\$ 480.000,00.
- (C) R\$ 975.000,00 e R\$ 500.000,00.
- (D) R\$ 975.000,00 e R\$ 470.500,00.
- (E) R\$ 975.000,00 e R\$ 480.000,00.

46

Uma empresa que prestava serviços de auditoria contábil possuía, em 31/12/2012, um terreno no Ativo Imobilizado, contabilizado por R\$ 50.000,00. Nessa data, a direção da empresa decidiu mudar o uso do terreno, passando a contabilizá-lo como Propriedade para Investimento, ao valor justo de R\$ 80.000,00.

A variação de R\$ 30.000,00 em 31/12/2012 deve ser classificada como

- (A) Receita Operacional.
- (B) Receita Financeira.
- (C) Ajuste Financeiro.
- (D) Ajuste do Patrimônio Líquido.
- (E) Reserva de Lucros.

47

Uma entidade comprou, em 01/07/2011, numerosas máquinas para utilizar em seu negócio, no valor de R\$ 40.000,00. O frete da entrega foi de R\$ 400,00, pagos pelo fornecedor. Adicionalmente, a entidade incorreu em R\$ 800,00 para instalar as máquinas, R\$ 500,00 para desmontar as máquinas que já estavam na fábrica e R\$ 200,00 para um caminhão levar as máquinas antigas até um depósito.

Além disso, uma vez que as máquinas eram novas no mercado, a entidade contratou um especialista para orientar e treinar os funcionários sobre tal uso durante o primeiro mês de funcionamento. Os honorários foram de R\$ 2.000,00.

Na data da compra, a entidade pretendia utilizar as máquinas por cinco anos e, depois desses anos, doá-las. É estimado que o valor da remoção das máquinas seja de R\$ 1.400,00.

O valor contábil das máquinas em 31/12/2013 era de

- (A) R\$ 16.880,00.
- (B) R\$ 21.100,00.
- (C) R\$ 21.450,00.
- (D) R\$ 22.100,00.
- (E) R\$ 22.450,00.

48

Na determinação do Resultado Financeiro Líquido na Demonstração do Resultado do Exercício, recebe(m) a classificação de

- (A) juros auferidos.
- (B) variação monetária prefixada de obrigações.
- (C) custo de emissão de ações.
- (D) prêmio de resgate de títulos e debêntures.
- (E) variação cambial.

49

Uma loja vende celulares pelo preço de R\$ 1.000,00.

Em julho de 2014, a loja vendeu trinta celulares, sendo metade à vista e o restante no cartão de crédito, cujo recebimento será em agosto. A loja oferece garantia de um ano sobre os aparelhos vendidos. Além disso, estima que cada celular que apresentar defeitos maiores terá custo de reparação de R\$ 800,00, enquanto o que apresentar defeitos menores terá custo de R\$ 300,00 cada.

A loja possui o seguinte histórico: 20% dos celulares têm defeitos maiores, 40% têm defeitos menores e 40% não apresentam defeitos. Em 31/07/2014, a loja deve reconhecer provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 280,00.
- (B) R\$ 4.200,00.
- (C) R\$ 8.400,00.
- (D) R\$ 18.000,00.
- (E) R\$ 19.800,00.

50

Uma entidade adquiriu dez apartamentos, em um prédio ao lado de sua fábrica, por R\$ 500.000,00 cada. Esses apartamentos são alugados para os funcionários da entidade que são, originalmente, de fora do estado.

No Balanço Patrimonial dessa entidade, os apartamentos devem ser evidenciados no subgrupo

- (A) Ativo Circulante.
- (B) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- (C) Investimentos.
- (D) Ativo Imobilizado.
- (E) Patrimônio Líquido.

51

Assinale a opção que indica, em uma empresa de roupas, um exemplo de ativo circulante no Balanço Patrimonial de 31/12/2013.

- (A) Adiantamento a diretor, que deverá ser recebido em 01/02/2014.
- (B) Valor a receber de um cliente, em 01/01/2015.
- (C) Empréstimo obtido com vencimento, em 01/12/2014.
- (D) Venda de ativo imobilizado para uma sociedade controlada, com vencimento em 01/09/2014.
- (E) Contas a receber de outra empresa, com vencimento em 01/10/2014.

52

De acordo com a Lei nº 6.404/76, a Demonstração do Resultado do Exercício deve discriminar as informações listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias.
- (B) Lucro ou prejuízo líquido do exercício e seu montante por ação do capital social.
- (C) Receita bruta das vendas e serviços, deduções das vendas, abatimentos e impostos.
- (D) Receita líquida das vendas e serviços, custo das mercadorias e serviços vendidos e lucro bruto.
- (E) Dividendo mínimo obrigatório e adicional proposto.

53

Uma loja de bolas apresentava, em 31/12/2013, estoque inicial de trinta unidades, contabilizadas a R\$ 40,00 cada. No mês de janeiro, a loja comprou vinte bolas ao mesmo valor e vendeu quarenta unidades a R\$ 60,00 cada. Além disso, concedeu abatimento de 10%.

O custo das mercadorias vendidas em janeiro de 2014 foi de

- (A) R\$ 400,00.
- (B) R\$ 800,00.
- (C) R\$ 1.600,00.
- (D) R\$ 2.000,00.
- (E) R\$ 2.400,00.

54

Em 31/12/2011, uma entidade encerrou a criação de um *software*. Na criação, gastou R\$ 100.000,00 em pesquisas e R\$ 200.000,00 no desenvolvimento, já comprovada a viabilidade para produzir e utilizar o ativo. Depois de pronto o novo *software*, a entidade gastou R\$ 80.000,00 em publicidade a fim de promovê-lo.

A entidade começou a utilizar o *software* em 01/01/2012, estimando que ele seria utilizado por cinco anos. Já em 31/12/2012, a entidade constatou que poderia ter retorno de R\$ 150.000,00 com o *software*.

Em 31/12/2013, o valor contábil do *software* era de

- (A) R\$ 112.500,00.
- (B) R\$ 120.000,00.
- (C) R\$ 150.000,00.
- (D) R\$ 180.000,00.
- (E) R\$ 228.000,00.

55

Em 31/12/2013, uma entidade possuía entre suas contas os seguintes saldos:

Caixa: R\$ 20.000,00;

Depósito vinculado para liquidação de contratos de câmbio: R\$ 10.000,00;

Depósito com restrição de movimentação por força de cláusula contratual de financiamento: R\$ 15.000,00;

Numerário em trânsito: R\$ 22.000,00.

Com base nessas informações, o valor da conta Disponibilidades da Entidade, em 31/12/2013, era de

- (A) R\$ 20.000,00.
- (B) R\$ 42.000,00.
- (C) R\$ 47.000,00.
- (D) R\$ 52.000,00.
- (E) R\$ 67.000,00.

Legislação Tributária Municipal

56

A competência legislativa do Município em matéria tributária é assegurada na Constituição da República Federativa do Brasil. Nesse sentido, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal e disciplinado pelo Código Tributário do Município do Recife, certos tributos são de competência municipal, exceto

- (A) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
- (B) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.
- (C) Imposto sobre a Transmissão Onerosa “*inter-vivos*” de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos – ITBI.
- (D) Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas.
- (E) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

57

Em relação às limitações da competência tributária do Município, analise as afirmativas a seguir.

- I. O reconhecimento das imunidades tributárias no Município do Recife é de competência do Secretário de Finanças.
- II. Incide Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU sobre os imóveis de igrejas utilizados para fins religiosos.
- III. O Município deverá cobrar Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os serviços prestados por autarquias, vinculados a suas finalidades essenciais.
- IV. Ao Município é vedado instituir impostos sobre livros.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa IV estiver correta.

58

Sobre a isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU – no Município do Recife, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os imóveis de propriedade de terceiros utilizados pela Administração Pública direta e indireta, que não explore atividade econômica, do Município do Recife, mediante locação, cessão, comodato ou outra modalidade de ocupação.
- II. Os imóveis de propriedade das agremiações carnavalescas, desde que utilizados exclusivamente como sedes das agremiações.
- III. O contribuinte que possuir um único imóvel residencial de área construída não superior a 150 m².
- IV. O contribuinte que auferir renda mensal de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Assinale a opção que apresenta hipóteses de isenção do IPTU.

- (A) I e II, somente.
- (B) I e IV, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) II e IV, somente.

59

A pessoa jurídica ABC Serviços Ltda. comete uma infração à legislação tributária do Município do Recife.

De acordo com o Código Tributário Municipal do Recife, as opções a seguir apresentam penalidades para a infração cometida pela pessoa jurídica, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Proibição de participar de licitações.
- (B) Cumprimento de obrigações acessórias.
- (C) Apreensão de documentos e interdição do estabelecimento.
- (D) Multas.
- (E) Suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais.

60

A instrução e o julgamento do processo administrativo tributário competem ao Conselho Administrativo Fiscal – CAF, órgão integrante da Secretaria de Finanças do Recife. O Conselho Administrativo Fiscal – CAF é composto pelos seguintes membros:

- (A) 1 (um) Procurador do Município do Recife, escolhido pelo Prefeito, que será o seu Presidente nato; 03 (três) Julgadores Auditores do Tesouro Municipal e 02 (dois) Julgadores representantes da sociedade civil, designados pelo Chefe do Executivo.
- (B) O Prefeito do Município do Recife, que será o seu Presidente nato; 03 (três) Julgadores Auditores do Tesouro Municipal e 02 (dois) Julgadores representantes da sociedade civil, designados pelo Chefe do Executivo.
- (C) O Secretário de Finanças, que será o seu Presidente nato; 02 (dois) Julgadores Auditores do Tesouro Municipal e 03 (três) Julgadores representantes da sociedade civil, designados pelo Chefe do Executivo.
- (D) O Secretário de Finanças, que será o seu Presidente nato; 03 (três) Julgadores Auditores do Tesouro Municipal e 02 (dois) Julgadores representantes da sociedade civil, designados pelo Chefe do Executivo.
- (E) 1 (um) Procurador do Município do Recife, escolhido pelo Prefeito, que será o seu Presidente nato; 02 (dois) Julgadores Auditores do Tesouro Municipal e 03 (três) Julgadores representantes da sociedade civil, designados pelo Chefe do Executivo.

61

Segundo a legislação tributária municipal, o contribuinte poderá utilizar, como crédito para fins de abatimento de imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU, a parcela do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, relativo às notas fiscais de serviços eletrônicas recebidas, passíveis de geração de crédito.

Nesse sentido, geram créditos os serviços prestados por

- (A) contribuintes enquadrados no regime de estimativa.
- (B) contribuintes imunes ou isentos.
- (C) prestador de serviço estabelecido no território brasileiro, desde que tenha recolhido, efetivamente, o ISS.
- (D) tomador do serviço estabelecido no território do Recife, desde que tenha recolhido, efetivamente, o ISS.
- (E) prestador de serviço estabelecido no território do Recife, desde que tenha recolhido, efetivamente, o ISS.

62

O Município do Recife instituiu, através da Lei nº 17.403, de 28 de dezembro de 2007, o programa de incentivo fiscal condicionado ao investimento em esporte amador. O programa concede abatimento no imposto sobre a propriedade territorial urbana – IPTU e na Taxa de Limpeza Pública – TLP aos clubes sociais que apresentarem declaração das despesas específicas, que serão objeto de dedução.

Nesse sentido, as opções a seguir apresentam despesas com esporte amador, que são consideradas para fins de dedução no programa, **exceto uma**. Assinale-a.

- (A) Despesas operacionais relacionadas à manutenção de instalações e equipamentos para a prática do esporte amador.
- (B) A aquisição de equipamentos esportivos necessários à prática do esporte amador.
- (C) O pagamento de auxílio financeiro ao atleta amador, ainda que relacionado à contraprestação desvinculada da atividade desportiva.
- (D) O pagamento de despesas com alimentação e tratamento médico e odontológico de atleta amador.
- (E) O pagamento de salários de técnicos, auxiliares, médicos, massagistas e demais profissionais vinculados à prática do esporte amador.

63

O Município do Recife instituiu, por meio da Lei nº 17.399/2007, programa de parceria visando a estimular a prática desportiva e a inclusão social junto às comunidades carentes, à rede pública municipal de ensino e à política municipal de esporte e lazer. O programa consiste na concessão de remissão parcial do imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana – IPTU e da Taxa de Limpeza Pública – TLP condicionada à disponibilização para o Município de serviços, pessoal e bens, de interesse social.

Assinale a opção que indica um dos requisitos legais para o contribuinte participar do programa de parceria.

- (A) Limitação da distribuição da parcela do seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação nos resultados em até 10% (dez por cento).
- (B) Estar em efetivo funcionamento há pelo menos 3 (três) anos no Município do Recife.
- (C) Recolher ou parcelar os débitos tributários existentes não abrangidos pela remissão.
- (D) Possuir, no mínimo, 2 (dois) imóveis no Município do Recife sujeitos à tributação pelo IPTU.
- (E) Aplicar suas rendas e seus recursos integralmente no território do Município do Recife.

64

Segundo divisão de competências, os Municípios podem instituir o imposto sobre Transmissão “*inter-vivos*” de Bens Imóveis – ITBI e de direitos a eles relativos.

As opções a seguir apresentam hipóteses de incidência do ITBI, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A compra e venda pura de um imóvel.
- (B) A transmissão, por qualquer ato judicial ou extrajudicial, de bens imóveis.
- (C) A permutação ou dação em pagamento de imóvel.
- (D) A diferença entre o valor da quota-parte material de um imóvel recebido por um ou mais condôminos, na divisão para extinção de condomínio, e o valor de sua quota-parte ideal.
- (E) O compromisso de compra e venda de bens imóveis, com cláusula de arrependimento.

65

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência municipal, tem como fato gerador a prestação de determinados serviços e, como contribuinte, o prestador do serviço. No entanto, a lei pode prever alguns responsáveis pelo pagamento do imposto devido ao Município.

De acordo com o Código Tributário Municipal do Recife, aqueles considerados responsáveis tributários pelo pagamento do ISS, estão listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) O tomador do serviço, quando o prestador do serviço estabelecido ou domiciliado no Município do Recife não comprovar a sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes.
- (B) As incorporadoras e construtoras, em relação aos serviços que lhes forem prestados.
- (C) As empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas, em relação às comissões pagas aos seus agentes, revendedores, concessionários ou congêneres.
- (D) O tomador do serviço, quando o prestador de serviço emitir a Nota Fiscal de Serviços, mas não realizar o pagamento do ISS.
- (E) As empresas seguradoras, quando se tratar de tomador, intermediário ou responsável pelo pagamento do serviço.

66

O Município do Recife lavrou auto de infração em face da pessoa jurídica prestadora de serviços ABCD Serviços Ltda. por não realizar o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS. Por não concordar com a cobrança do imposto, a pessoa jurídica resolve apresentar impugnação ao auto de infração.

Assinale a opção que indica o prazo para a apresentação da impugnação ao auto de infração.

- (A) 10 (dez) dias, contados da lavratura do auto de infração.
- (B) 10 (dez) dias, contados da ciência do auto de infração.
- (C) 15 (quinze) dias, contados da ciência do auto de infração.
- (D) 30 (trinta) dias, contados da data da lavratura do auto de infração.
- (E) 30 (trinta) dias, contados da ciência do auto de infração.

67

O Código Tributário Municipal estabelece que determinados serviços, quando prestados por sociedades, serão tributados pelo Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS por mês, em relação a cada profissional habilitado, seja sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade. Nesse caso, o imposto será calculado considerando o número de profissionais habilitados, sejam sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade.

Assinale a opção que indica os serviços que **não** podem ser tributados pelo método descrito acima.

- (A) Serviços de medicina e biomedicina, bem como serviços de medicina veterinária e zootecnia.
- (B) Serviços de contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares, e serviços de auditoria.
- (C) Serviços de advocacia.
- (D) Serviços de agenciamento, de corretagem ou de intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
- (E) Serviços de guarda e de estacionamento de veículos terrestres automotores, aeronaves e embarcações.

68

A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização de bem imóvel, resultante da execução de obra pública. O contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel beneficiado pela execução de obra pública, ao tempo do lançamento.

Sobre as hipóteses de incidência da contribuição de melhoria, analise as afirmativas a seguir.

- I. Alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos.
- II. Obras de pavimentação executadas na zona rural do Município.
- III. Abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas.

Assinale a opção que apresenta hipótese(s) de incidência da contribuição de melhoria.

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

69

Segundo o Código Tributário Municipal, é de competência originária dos Auditores do Tesouro Municipal

- (A) celebrar transação para encerrar litígio e extinguir créditos tributários.
- (B) constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- (C) cancelar administrativamente os débitos prescritos.
- (D) fixar anualmente a forma de pagamento do IPTU e o respectivo vencimento.
- (E) representar junto ao Ministério Público quando da ocorrência de crime de sonegação fiscal.

70

O processo administrativo-tributário do Município do Recife será apreciado em segunda instância pelo pleno do Conselho Administrativo Fiscal – CAF.

Nesse sentido, as opções a seguir apresentam atribuições do pleno do Conselho Administrativo Fiscal – CAF, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Processar e julgar originariamente as consultas formuladas sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.
- (B) Processar e julgar, em grau de recurso ou reexame necessário, os processos administrativo-tributários decididos em primeira instância.
- (C) Processar e julgar pedidos de restituição de tributo recolhido indevidamente.
- (D) Sumular, semestralmente, suas decisões tomadas por unanimidade.
- (E) Rever as súmulas.

Realização

 **FGV PROJETOS**